



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010365-91.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Audenisce Borge Pereira**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que no dia 18 de agosto p.p. a ré interrompeu o fornecimento de energia elétrica ao seu imóvel e que, ao ser contatada, ela esclareceu que havia irregularidades no medidor ali existente.

Alegou ainda que fez contato telefônico com a ré asseverando que nunca existiu qualquer irregularidade em seu medidor de energia elétrica, mas como a questão não foi resolvida em 22 de agosto protocolou perante a agência da ré nesta cidade informação do equívoco no corte.

Salientou que foi então reconhecido o erro e no mesmo dia 22 de agosto, por volta de 18h, a ré providenciou a religação da energia.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou por ter ficado durante quatro dias sem energia elétrica em sua casa.

Já a ré em contestação admitiu que a suspensão do fornecimento aludido teve por fundamento a inadimplência da autora quanto a duas contas vencidas respectivamente em 05/07/2016 e 05/08/2016 (fl. 42, penúltimo parágrafo).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim posta a questão debatida, reputo que a pretensão deduzida prospera em parte.

Com efeito, as mensagens acostadas a fls. 12/17 respaldam a explicação da autora relativamente ao motivo que levou a ré a interromper o fornecimento de energia elétrica ao seu imóvel.

Consta expressamente de fl. 13 que técnicos da ré teriam apurado a existência de irregularidades ("caixa de medição sem lacre" e "medidor de energia autor religado sem medido") que renderam ensejo a débito no importe de R\$ 593,00 (demonstrativo de fl. 14).

Tais documentos não foram impugnados específica e concretamente pela ré, como seria de rigor, de sorte que daí deriva a conclusão de que a causa da suspensão contra a qual se volta a autora foi a constante da petição inicial.

Todavia, mesmo que assim não fosse e que sobre a matéria se acolhessem os argumentos da ré, o panorama permaneceria inalterado.

Isso porque não foi amealhada comprovação de que a conduta da ré foi precedida de imprescindível notificação, exigida na esteira de pacífica jurisprudência:

“ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. CORTE. DÉBITOS PRETÉRITOS. TARIFA MÉDIA. SÚMULA 7/STJ. 1. Trata-se, originariamente, de Ação de Responsabilidade Civil por danos morais por corte no fornecimento de água em razão de débitos pretéritos. A sentença de parcial procedência foi mantida pelo Tribunal a quo e em decisão monocrática. 2. De acordo com a jurisprudência do STJ, é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando: a) a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos; b) o débito originar-se de suposta fraude no medidor de consumo de energia, apurada unilateralmente pela concessionária; e c) não houver aviso prévio ao consumidor inadimplente (cf. AgRg no Ag 962.237/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 27.3.2008). O Tribunal de origem afirma que o débito é pretérito e que não consta notificação. Súmula 7/STJ. 3. A existência de hidrômetro no local afasta a legitimidade da tarifa média. Súmula 7/STJ. 4. Agravo Regimental não provido.” (STJ - AgRg no AREsp 187.761/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, j. 28/08/2012, DJe 03/09/2012).

“A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a suspensão do fornecimento de energia elétrica, por falta de pagamento, exige aviso prévio.” (STJ - AgRg no REsp 1130110/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, 1ª Turma, j. 02/12/2010, DJe 09/12/2010).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

“APELAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OBRIGAÇÃO DE FAZER - Fornecimento de Energia Elétrica - Suspensão de fornecimento do serviço - Inadmissibilidade - Ausência de prova de notificação prévia, circunstância essencial para a regularidade da conduta - Ilegalidade do ato reconhecida - Decisão mantida.” (Apelação nº 9171300- 62.2009.8.26.0000 - Rel. Des. **LUIS FERNANDO NISHI** - 32ª Câ. Dir. Priv. - j. 04/10/2012).

Essas orientações aplicam-se com justeza à espécie dos autos, patenteando a irregularidade da ré por qualquer ângulo de análise da situação posta.

Por outro lado, é inegável que os fatos trazidos à colação causaram danos morais à autora.

A importância que a energia elétrica adquiriu nos dias de hoje dispensa considerações a demonstrá-la, bastando invocar as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) para estabelecer a convicção de que qualquer pessoa mediana privada desse tipo de serviço durante quatro dias é exposta a desgaste de vulto que ultrapassa em larga medida os meros dissabores próprios da vida cotidiana.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se manifestou nessa direção:

“Prestação de serviços. Energia elétrica. Inadimplemento de fatura. Ausência de comunicação. Interrupção no fornecimento do serviço. Ação de obrigação de fazer cumulada com indenizatória. 1. A suspensão na prestação do serviço de energia só se justifica quando presentes o binômio: a) se tratar de inadimplemento de conta regular, relativa ao mês de consumo, e, b) houver prévio aviso do corte; resta incabível tal conduta quando não preenchido qualquer desses requisitos. 2. A ausência de prévia, escrita e formal comunicação da concessionária corrobora a ilicitude do corte de fornecimento de energia. 3. A comunicação prévia feita uma única vez, no corpo da fatura, em letras diminutas e até mesmo menores do que as demais informações, não preenche o requisito previsto na Resolução 456/00, aplicável ao caso, que determina seja a comunicação feita em destaque. 4. Interrupção irregular capaz de gerar prejuízo moral passível de reparação respectiva. 5. Deram provimento ao recurso.” (TJSP - Apelação nº 0020630-10.2010.8.26.0008, Rel. Des. **VANDERCI ÁLVARES**, 25ª Câmara de Direito Privado, j. em 13.03.2014 - grifei).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Por tudo isso, a autora faz jus ao recebimento da indenização postulada, mas o seu valor transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, bem como com fulcro em orientação deste Juízo para casos afins, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 19 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**